

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

RODRIGO ZINI

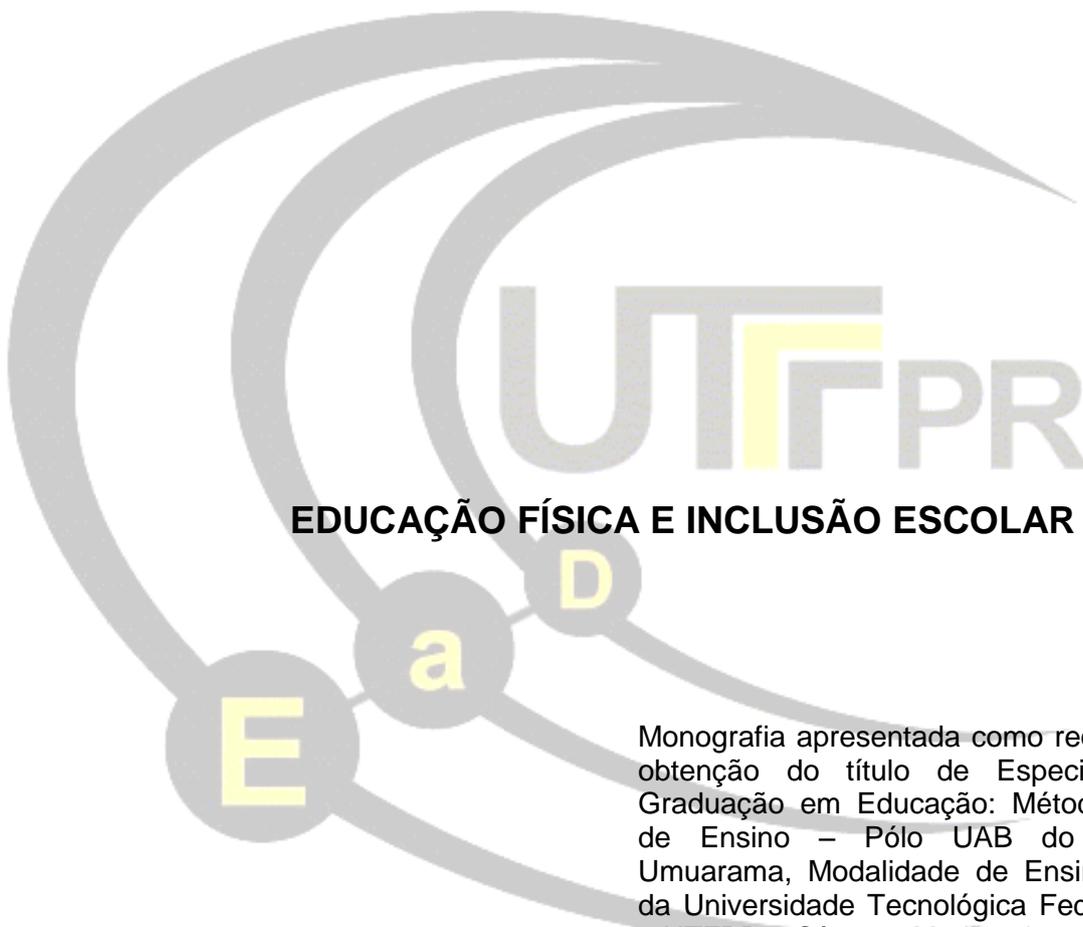
EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2015

RODRIGO ZINI



EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Pólo UAB do Município de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador(a): Prof. Dr Ricardo dos Santos

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2015



TERMO DE APROVAÇÃO

Educação Física e Inclusão Escolar

Por

Rodrigo Zini

Esta monografia foi apresentada às 16h do dia 06 de março de 2015 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^o Dr. Ricardo dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Prof^a Dr. Ivone Carletto de Lima
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a Dr. Maria Fatima Menegazzo Nicodem
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^o Me. Cidmar Ortiz dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho a minha amada esposa Rayane Z. Zini que sempre me apoiou nos meus momentos de estudo e aperfeiçoamento profissional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me dar forças para sempre continuar e nunca desistir dos meus sonhos.

Agradeço a minha família que sempre me apoiou durante esta fase da minha vida, se sensibilizando durante os momentos que tive que me dedicar aos estudos me ausentando da vida familiar.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira. Principalmente ao meu professor orientado Dr. Ricardo dos Santos, que muito contribuiu para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação. Também agradeço aos meus colegas de pós graduação, principalmente a minha amiga que sempre me acompanhou nas viagens para Umuarama Mabel Vogt Goes.

Em especial, aos meus alunos inclusos do ensino fundamental, que tiveram papel fundamental na motivação de escolha do tema.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (PAULO FREIRE)

RESUMO

ZINI, Rodrigo. Educação Física e Inclusão Escolar. 2015. 33p. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015.

Este trabalho teve como temática a Educação Física e o processo de inclusão escolar partindo do pressuposto de uma escola para todos. A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa foi o levantamento bibliográfico, através da leitura de artigos, livros e documentos oficiais. O desenvolvimento da pesquisa foi elaborado em três tópicos principais, o primeiro tópico trata sobre os aspectos históricos da Educação Física escolar e as influências sociais sobre a disciplina, o segundo tópico aborda a forma histórica de tratamento da pessoa com deficiência, partindo da exclusão até o processo de inclusão social, o terceiro tópico apresenta um caminho de possibilidades da Educação Física em relação ao processo de Educação Inclusiva, destacando as possíveis adaptações para alunos com deficiência auditiva, visual, física e intelectual. Após a realização do estudo, pode-se considerar que a Educação Física é uma disciplina que pode potencializar o processo de inclusão escolar, dependendo das ações e adaptações necessárias nos métodos, técnicas e estratégias de ensino.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Educação inclusiva. Alunos com deficiência.

ABSTRACT

ZINI, Rodrigo. Physical Education and School Inclusion. 2015. 33 p. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015.

This work had as thematic physical education and the process for school inclusion starting of school to everyone. The methodology used to develop the research was the lifting bibliography, through articles reading, and official documents. The development of the research was drawn up in three main topics, the first topic deals with the historical aspects of school physical education and social influences on discipline, the second topic addresses the historical form of treatment of the disabled person starting from the exclusion to the social inclusion process, the third topic presents a path of possibilities of physical education in relation to inclusive education process, highlighting the potential adaptations for students with disabilities hearing, visual, physical and intellectual. After the study, it can be considered that physical education is a discipline that can enhance the process of school inclusion, depending on the actions and necessary changes in the methods, techniques and teaching strategies.

Keywords: School Physical Education. Inclusive education. Students with disabilities

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	13
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	14
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	14
3.2 DA EXCLUSÃO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
3.3 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA: TRAÇANDO UM CAMINHO DE POSSIBILIDADES	19
3.3.1O Aluno com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física	21
3.3.2 O Aluno com deficiência visual nas aulas de Educação Física.	22
3.3.3 O Aluno com deficiência física nas aulas de Educação Física	25
3.3.4 O Aluno com deficiência intelectual nas aulas de Educação Física	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A Educação, após muito tempo de segregação, passou a incorporar princípios inclusivos, aceitando as diferenças e acreditando ser possível uma educação para todos. Em nosso país, o despertar para Educação Inclusiva deu-se após a Declaração de Salamanca (1994), que propôs uma pedagogia centrada na criança e suas características, interesses, habilidades e necessidades que são únicas.

Como consequência da Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, diz que preferencialmente os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, garantindo currículos, métodos, técnicas, recursos e organização adequadas para atender suas necessidades.

Legalmente deve-se ter uma Educação Inclusiva, com os alunos com necessidades educacionais especiais frequentando turmas regulares de ensino e com condições adequadas, mas na prática esse processo ainda está em fase de concretização, com muitos avanços a serem conquistados.

A Educação Física por vários anos foi, e ainda é excludente em sua prática, Aguiar e Duarte (2005) colocam que culturalmente a formação em Educação Física privilegia o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, priorizando o desenvolvimento físico e técnico, refletindo em propostas curriculares predominantemente esportivas e competitivas, o que pode criar resistência frente a inclusão de pessoas que são encaradas como menos capazes.

Mas, por outro lado, se a Educação Física for vista sob os princípios da inclusão, respeitando e valorizando as diferenças individuais, com um currículo pautado nos diversos componentes da cultura corporal, se distanciando do modelo esportivo e competitivo, pode se transformar em forte instrumento para a concretização da inclusão no ambiente escolar tendo em vista a Educação Inclusiva, uma realidade muito recente em nosso país, e a Educação Física, um componente curricular da Educação Básica que não pode se afastar do nosso projeto de Educação, levantamos o seguinte questionamento: Quais são as possibilidades da Educação Física contribuir para a Educação Inclusiva?

Para atender esse questionamento, optou-se por realizar um estudo de levantamento bibliográfico, com o objetivo de obter informações referentes a Educação Física e a Educação Inclusiva, traçando um caminho de possibilidades da disciplina referente a inclusão, buscando explorar e aprofundar os temas, com a finalidade de embasar e estimular pesquisas futuras na área.

A partir deste contexto, o estudo bibliográfico foi organizado em três tópicos principais, que buscaram levantar as principais informações relevantes para o sucesso da pesquisa.

No primeiro tópico foi realizado um levantamento sobre os aspectos históricos da Educação Física no Brasil, com uma breve explicação das tendências e concepções que norteiam e influenciam a disciplina.

O segundo tópico apresenta uma reflexão dos aspectos históricos das pessoas com deficiência e sua relação com a sociedade, dos diferentes paradigmas de tratamento, e de como as pessoas com deficiência foram integradas e incluídas nos ambientes sociais.

No terceiro é último tópico, foi realizado uma reflexão sobre a Educação Física e a Inclusão, na busca de traçar um caminho sobre as possibilidades de atuação, com isso, fez-se um levantamento das principais características relacionadas às áreas das deficiências (auditiva, visual, física e intelectual) e as possíveis adaptações necessárias nos aspectos metodológicos da disciplina.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2008), tem como finalidade desenvolver, esclarecer conceitos e ideias, habitualmente envolvendo levantamento bibliográfico e documental. Nesta pesquisa, optou-se pelo levantamento bibliográfico, sendo desenvolvida exclusivamente a partir de materiais já elaborados, como artigos científicos, dissertações e livros.

O levantamento bibliográfico foi realizado principalmente através de pesquisa na internet, através de palavras chaves como: "Historia da Educação Física", "Concepções da Educação Física", "Historia da Educação Especial", "Educação Inclusiva", "Educação Física e Educação Inclusiva", "Educação Física adaptada", "Educação Física e deficiência auditiva", "Educação Física e deficiência visual", "Educação Física e deficiência física", "Educação Física e deficiência intelectual". Após a seleção de artigos, dissertações e teses pesquisadas via internet foi realizada uma leitura previa para verificar se o material realmente interessava para o estudo e os arquivos foram separados conforme os tópicos da pesquisa.

Com a finalidade de complementar as pesquisas realizadas na internet, foi acessado os materiais particulares (livros e revistas científicas) e de materiais impressos localizados na biblioteca da Faculdade Anhanguera de Cascavel.

Após a seleção da bibliografia utilizada, foi realizada a leitura do material e a construção de um fichamento, anotando as informações mais relevantes para suprir os objetivos da pesquisa. Com base neste material foram elaborados os tópicos da pesquisa, cruzando, correlatando e acrescentando as informações necessárias.

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A Educação Física brasileira, ao longo da história, teve diversos papéis que se relacionaram ao momento histórico pelo qual a conduziu e pela concepção de cultura vigente que a norteou (Peres, 2008). Conforme Castellani Filho (1994), a educação física serviu como um poderoso instrumento ideológico e de manipulação para que as pessoas continuassem alienadas e impotentes diante da necessidade de mudanças na sociedade.

Várias correntes políticas e ideológicas utilizaram-se do condicionamento físico com fins de fortalecer os seus ideais entre a população. Não sendo o exercício físico para o melhoramento da saúde e do corpo, mas o exercício com a finalidade do condicionamento físico para o condicionamento intelectual.

No Brasil Imperial e nos primeiros períodos republicanos as citações relacionadas à Educação Física na maioria das vezes estavam ligadas as instituições militares, podendo dizer que em muitas vezes a história da Educação Física no Brasil acompanhou a história das instituições militares no país (CASTELLANI FILHO, 1994).

A área médica também influenciou os caminhos da Educação Física, baseada nos princípios da medicina social de índole higiênica, proclamavam nos primeiros períodos da República que a “nova” família brasileira deveria redefinir os padrões de conduta física, moral e intelectual (CASTELLANI FILHO, 1994).

Tanto que no período da Velha República, entre os anos de 1889 a 1930, a educação física ficou conhecida como a Educação Física higienistas, se caracterizando pelo princípio da aquisição e manutenção da saúde através do exercício físico com a finalidade de agente de saneamento público, mas nessa época a preocupação não era somente com a assepsia do corpo, mas também da assepsia moral da sociedade (Peres, 2008). E como coloca Ghiraldelli Junior (1991) a educação física não se preocupa somente pela saúde individual das pessoas, mas age como uma protagonista no projeto de assepsia social.

A partir de 1930, com a época do Estado Novo, a Educação Física se caracterizou como militaristas, se responsabilizando pela ordem social e pela

formação do cidadão-soldado, a intenção era aumentar as potencialidades militares que estariam a serviço da nação com a finalidade de treinar o povo para a guerra (Peres, 2008).

Nessa época, com a 2ª guerra mundial e com o desenvolvimento econômico do país, a Educação Física tinha como finalidade a formação dos soldados brasileiros, esses que deveriam ser disciplinados moralmente e fisicamente, e garantir a formação da mão-de-obra fisicamente adestrada e capacitada para as industriais (CASTELLANI FILHO, 1994).

Com a final do Estado Novo e o golpe militar, em torno de 1945 a 1964, a educação física ficou conhecida como pedagógica, com o rumo das tendências higienistas e militares, mas agora pedagógica, essa época a educação física foi encarada como uma ação educativa, que através do movimento deveria contribuir para a educação corporal e da construção de valores (Peres, 2008).

Peres (2008) coloca que nesse rumo da Educação Física pedagógica no Brasil ela tende a um caráter competitivista, onde o ensino das modalidades esportivas, o esporte de rendimento e a formação do atleta na escola são considerados os fatores mais importantes para o Estado, o esporte torna-se a matéria prima da Educação Física, meio pelo qual seria capaz de descobrir talentos capazes de representarem bem o país no exterior em busca das tão sonhadas medalhas olímpicas. Nessa fase iniciou-se o processo de elitização do esporte, onde os “bons” eram selecionados e valorizados para o treinamento de rendimento, a Educação Física escolar servia como forma de seleção de talentos esportivos em busca do interesse do Estado em adquirir medalhas olímpicas.

A formação em educação física conhecida como tradicional-esportiva consolidada na década de 70, estava de acordo com os interesses do Estado de reduzir a Educação Física ao ensino e treinamento das modalidades esportivas, formaram-se profissionais com um distanciamento entre a teoria e a prática para uma atuação tecnicista buscando a construção de um “pelotão” de atletas que pudessem alcançar o sonho olímpico, tentando uma valorização do país no âmbito internacional.

Nos meados da década de 80 iniciaram-se mudanças conceituais e epistemológicas na Educação Física, nessa época a Educação Física começa ser vista como área de conhecimento, sendo responsável pela produção do conhecimento científico sobre o “homem em movimento” e recebendo cada vez mais

influências das disciplinas biológicas, psicológicas, sociológicas e filosóficas, devido a essas mudanças inicia-se a implantação do currículo no modelo técnico-científico, valorizando as disciplinas teóricas e abrindo um maior espaço para as Ciências Humanas e a Filosofia, o conceito de prática sofre uma mudança em relação ao modelo tradicional-esportivo, neste novo modelo as disciplinas práticas tem como papel o “ensina a ensinar” e não somente ensinar aos acadêmicos as modalidades esportivas (BETTI e BETTI, 1996).

3.2 DA EXCLUSÃO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As pessoas com deficiência por muito tempo foram excluídas da sociedade, por apresentarem diferenças em seus corpos ou em seu comportamento, atitudes de abandono, crueldade e até o assassinato eram praticas comuns e aceitáveis contra pessoas com deficiência.

No Brasil, sobre influência dos colonizadores, nos séculos XVII e XVIII a relação da sociedade com a pessoa com deficiência era de total exclusão, crianças com deficiência eram abandonadas nas ruas, portas de conventos e igrejas, lançadas a sorte acabavam morrendo (RODRIGUES, 2008).

A primeira instituição a receber crianças com deficiência foi a "roda de exposto" no final do século XVIII e no início do século XIX, na qual, crianças indesejadas pelas mães e familiares, inclusive as com deficiências, eram abandonadas ficando sob a tutela da igreja, sendo cuidadas por religiosas (RODRIGUES, 2008).

Nesta perspectiva, com início do atendimento a pessoas com deficiência no Brasil, Romero e Souza (2008) analisando a história da Educação no Brasil, define a passagem de três paradigmas, o de institucionalização, o de serviço e o de suporte, levando em consideração mudanças nas concepções, conceitos e práticas relativas à compreensão das pessoas com deficiência em cada momento histórico.

O período de institucionalização inicia-se em decorrência ao modo de produção capitalista, as pessoas com deficiência eram isoladas em asilos, manicômios, hospícios, pois conforme a nova forma de organização da sociedade, estes eram considerados como perturbadores da ordem social e não se

enquadravam no modelo de homogeneização e racionalização (CARVALHO et al., 2006).

No início do século XX, começa a ser questionado o paradigma de institucionalização, sendo considerada desumanizada a vida nas instituições, pois as mesmas não possuem tratamento adequado, além, de não permitir o convívio das pessoas com deficiência na sociedade e a manutenção dessa massa improdutiva segregada estava se tornando muito onerosa para o Estado (ROMERO, SOUZA, 2008).

A partir desses questionamentos, inicia-se o paradigma de serviços, este modelo está baseado na oferta de serviços com a finalidade de "normalizar" ao máximo o sujeito com deficiência, uma vez que, considera a própria deficiência como principal problema para inserção social dos sujeitos (CARVALHO et al. 2006).

Nesse momento, existe a grande expansão dos estabelecimentos de educação Especial no Brasil, Junnuzzi (1992), identificou cerca de 190 estabelecimentos de educação especial no final da década de 50, grande parte deles eram públicos, mas como a demanda estava em crescimento o sistema público não consegue absorver em totalidade a população, nasceu as instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, que atuavam na Educação das pessoas com deficiência, a primeira escola especial vinculada a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi criada em 1954.

O paradigma de serviço não perdurou por muito tempo, pois começou a receber críticas dos setores acadêmicos e das pessoas com deficiências que se organizavam em associações ou outros órgãos de representação, pois começo-se a perceber que as diferenças não deveriam ser amenizadas, mas sim, ser administradas pela sociedade (CARVALHO et al., 2006).

Como se percebe as pessoas com deficiência, quando não eram totalmente excluídas da sociedade, eram apenas consideradas aceitas, com tentativa de enquadrá-las a normalidade, ao padrão adequado a sociedade vigente. Neste sentido, a deficiência sempre foi vista como um fator de exclusão, em que as pessoas que se encontram nessa condição são responsáveis por essa situação, tendo que se adaptar ao meio social.

Mas com as discussões referentes aos direitos humanos, deu-se início ao terceiro paradigma, o de suporte, que tem como característica principal a inclusão social, e conforme Romero e Souza (2008), apresenta uma mudança de

pensamento em relação à deficiência, pois considera ela ecológica, fazendo parte da humanidade e do meio, implicando em uma mudança no posicionamento social, alterando as concepções humanas, encerrando com as atitudes de preconceito em relação aos sujeitos com deficiência. Essa nova concepção, reforça o pensamento que a sociedade que deve estar adaptada a todos os sujeitos, e o estado tem o dever de garantir o acesso de todas as políticas sociais.

Para Sassaki (1997, p. 41), inclusão é "um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade".

Na educação, a inclusão envolve um processo de reforma e reestruturação, com o objetivo de garantir que todos os alunos tenham acesso às oportunidades educacionais e sociais que a escola proporciona (MITLER, 2003). Nesta perspectiva, as escolas da atualidade devem ser adequadas às necessidades de todos, tornando-se ambientes de inclusão social.

Um marco histórico referente à inclusão social das pessoas com deficiência foi a Declaração de Salamanca, realizada no ano de 1994 na Conferência Mundial de Educação Especial, que proclamou que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

A Declaração de Salamanca (1994), quebra a referencia de aluno homogêneo no ambiente educacional, ressalta as características individuais dos sujeitos e que estas devem ser consideradas durante os processos de ensino-aprendizagem, além de destacar o termo "necessidades educacionais especiais", abrangendo não somente os alunos com deficiência, mas todos aqueles que em um determinado momento da vida escolar necessitam de um auxílio seja ele temporário ou não. Outro ponto importante da declaração é a referencia que a escola regular deve incorporar a orientação inclusiva, sendo o meio mais eficaz de se transformar a sociedade em um ambiente inclusivo.

3.3 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA: TRAÇANDO UM CAMINHO DE POSSIBILIDADES

Como apresentado anteriormente, o paradigma da inclusão propõe uma mudança na maneira de se pensar em relação às pessoas com deficiência e principalmente em relação à sociedade, dessa maneira o sistema de ensino também deve provocar uma reflexão sobre o caminho que se deve seguir.

Segundo Mantoan (2003), o sistema educacional, para se pensar em uma escola inclusiva, deve considerar as necessidades de todos os alunos, não deixando ninguém de fora, sendo assim, necessariamente devem existir adaptações às particularidades de todos os alunos.

Diferente dos outros paradigmas, o inclusivo, requer adaptações nos meios sociais, não somente no ambiente físico, mas também nos métodos e técnicas de ensino utilizado nos processos educativos, bem como, nos processos de avaliação e progressão escolar.

Para Aguiar e Duarte (2003), a disciplina de Educação Física, como parte dos componentes curriculares da educação básica, não pode ficar neutra em relação ao processo de inclusão, devendo participar de forma ativa, contribuindo, assim, para a sua concretização.

Em relação à potencialidade da disciplina em contribuir para o processo inclusivo, Brinati et al. (2006) destacam que a inclusão é um processo amplo, que implica necessariamente em transformações, sejam elas pequenas ou grandes, nos ambientes sociais inclusive nas pessoas com ou sem deficiência, tendo a Educação

Física o papel de proporcionar o aumento na autoestima e a melhora da autoimagem e autoconfiança dos sujeitos com deficiência, contribuindo, assim, para uma vida com mais autonomia, possibilitando dessa forma, um convívio social aonde as diferenças são respeitadas.

A Educação Física escolar deve ter como papel principal o aluno, tentando satisfazer as suas necessidades educacionais, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, proporcionando aos sujeitos acesso e garantia aos conteúdos que são oferecidos, evitando sempre a exclusão e alienação (AGUIAR e DUARTE, 2005).

Mas o caminho a ser percorrido pela a Educação Física rumo a educação inclusiva, não é tão brando e calmo, existem espinhos e pedras que deve ser removidos, conforme já apresentou-se nos tópicos anteriores desse estudo, a historia e origem da Educação Física foi influenciado pelo projeto de sociedade, muitas vezes a disciplina foi muito rígida e excludente, seguindo modelos que pregavam a disciplina, eugenia e exclusivamente o treinamento esportivo em suas praticas.

Dessa maneira, ainda existem resquícios dessas abordagens nas praticas atuais da disciplina, principalmente com uma supervalorização das modalidades esportivas. Aguiar e Duarte (2005), ressalta que a concepção da cultura corporal do movimento, amplia a participação da Educação Física para muito além das habilidades esportivas, alterando o sentido histórico da disciplina.

Tendo em vista o paradigma da inclusão, que propõem ao sistema de ensino e a Educação Física, que sejam realizadas adaptações/alterações nos materiais, equipamentos, métodos, estilos de ensino, para conseguir garantir o acesso de todos aos conteúdos escolares.

Brito e Lima (2012), destaca que é papel dos professores de Educação Física, ter o conhecimento básico relativo aos seus alunos com deficiência, como também, competência e planejamento para organizar os ambientes para o desenvolvimento da aula, respeitando as individualidades e estimulando as potencialidades de cada sujeito.

Nesta perspectiva, a seguir, será apresentado o levantamento das características básicas referentes às áreas da deficiência (auditiva, visual, física e intelectual), suas possíveis adaptações e alterações metodológicas para propiciar um ambiente inclusivo nas aulas de Educação Física Escolar.

3.3.1O Aluno com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física.

A deficiência auditiva pode ser definida como sendo:

"... uma diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese" (LOPES E VALDÉS, 2010, p.197)."

A legislação brasileira, através do decreto 3.298 de 1999, define a pessoa com deficiência auditiva aquela com "perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz".

Em relação às causas da deficiência auditiva, elas podem ser separadas em congênitas ou adquiridas, nos casos congênitos as principais causas são hereditárias, como viroses maternas, doenças ou complicações na gestação, nos casos em que a deficiência auditiva é por causa adquirida as principais causas são meningites, ingestão de remédios ototóxicos, exposição a sons impactantes e viroses (LOPES E VALDÉS, 2010).

A deficiência auditiva pode ser classificada conforme a grau de sensibilidade auditiva do indivíduo, assim sendo, podemos identificar aluno com audição normal, surdez leve (dificuldade para ouvir um conversa baixa), surdez moderada (dificuldade para ouvir uma voz fraca), surdez acentuada (dificuldade para ouvir uma voz normal), surdez severa (dificuldade de ouvir sons altos) e surdez profunda (dificuldade para escutar qualquer tipo de som) (BRASIL, 2006).

Ainda sobre a deficiência auditiva, ela pode ser classificada quanto à idade de aparecimento, a surdez pré-verbal ocorre quando a perda da capacidade de ouvir acontece antes do processo de linguagem oral, neste caso, principalmente nos casos de surdez severa e acentuada, existe uma grande dificuldade na aquisição da fala, a surdez pós-verbal ocorre após o processo de aprendizagem da linguagem oral, acarretando em um possível o desenvolvimento dos aspectos fonéticos (JUÁREZ, 1992).

Durante as aulas de Educação Física, o grau da deficiência auditiva, a idade do aparecimento e o relacionamento social do aluno com deficiência auditiva devem influenciar as adaptações necessárias nos métodos de ensino e conseqüentemente

nas ações que o professor deve tomar em relação à turma. Por isso, antes de se iniciar um planejamento específico para uma turma inclusiva que existem um aluno com deficiência auditiva, é necessário realizar um levantamento prévio sobre as características do aluno em questão.

Em relação aos casos de deficiência auditiva leve, moderada e acentuada, que ainda existe a possibilidade de comunicação através da fala, é necessário que o professor oriente o aluno a sempre estar mais perto dele, cuidando para que o aluno sempre tenha contato visual com o seu rosto e principalmente os seus lábios, falar de maneira clara e articulada, utilizar sempre que possível recursos visuais durante as aulas (SILVA, 2008).

Nos casos que não é possível a comunicação através da fala nem o uso de aparelhos auditivos para amplificação do som, a comunicação mais adequada é a língua de sinais e a presença de um interprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) durante as aulas.

No contexto da Educação Física Escolar e seus conteúdos relacionados com a deficiência auditiva, os componentes curriculares ritmo e dança, podem se apresentar como um elemento limitador na inclusão dos alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação Física, por apresentarem normalmente o estímulo sonoro como uma característica marcante, mas, tal característica não pode ser uma barreira intransponível para concretização da inclusão.

Nesta perspectiva Silva et all (2014) destaca que cabe ao professor criar possibilidades dos alunos surdos ou com deficiência auditiva aproveitarem o máximo de vantagens da música e do ritmo, que podem ser através de sequencias rápidas de impulsões e repousos e estímulos visuais.

3.3.2 O Aluno com deficiência visual nas aulas de Educação Física.

A deficiência visual pode ser definida como sendo a "condição que, mesmo com a melhor correção ótica possível, leva uma restrição significativa na capacidade visual, a qual interfere de maneira negativa na realização das tarefas do dia a dia" (GREGUOL, 2010, p. 19). Desta maneira pode-se considerar o aluno com deficiência visual todo aquele que, mesmo com auxílio de lentes de correção, ainda

apresente limitação em relação aos recursos visuais para desenvolver suas atividades diárias, entre elas as atividades educacionais.

A classificação da deficiência visual depende do grau de limitação apresentado, conforme Greguol (2010), pode-se dividir em baixa visão e cegueira, a baixa visão é características dos sujeitos, que apesar das restrições significativas da visão, conseguem se locomover com relativa autonomia e utilizar o resíduo visual para aprendizagem e atividades diárias, os sujeitos com cegueira, podem até apresentar percepção de luminosidade, mas não é o suficiente para auxiliar em sua locomoção de maneira irrestrita, nem de possibilitar a aprendizagem por meio visual.

Legalmente essa divisão se estabelece através de testes de acuidade visual e do campo visual funcional, que conforme o decreto nº 3.298/1999, se classifica em:

- Cegueira: acuidade visual igual ou menor de 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.
- Baixa visão: acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica possível e nos casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos forem igual ou menor que 60°.

Nestas condições, as adaptações referentes à Educação Física vão depender do grau de perda visual que o sujeito apresenta, e sua capacidade de desenvolver as atividades praticas da disciplina.

Em relação ao desenvolvimento dos alunos com deficiência visual, Gil (2009) destaca que, mesmo com a limitação sensorial, a criança com deficiência visual apresenta os mesmo princípios, apresentando as mesmas necessidades afetivas, física, intelectuais, sociais e culturais.

Greguol (2010), acrescenta que a deficiência visual não pode ser responsabilizada exclusivamente por atrasos no desenvolvimento, mas a forma que a família, a sociedade e o próprio individuo encaram a deficiência é determinante no processo de aquisição das habilidades motoras, pois ao nascer com baixa visão ou cegueira, muitas vezes as crianças são privadas de oportunidades necessárias para o seu pleno desenvolvimento, a falta de informação dos pais e dos professores podem contribuir para esta situação.

Por isso pode-se chegar à conclusão que os sujeitos com deficiência visual devem ser estimulados de maneira adequada para que o seu desenvolvimento ocorra de maneira satisfatória, muitas vezes os sentimentos de superproteção e de

incapacidade que cercam os conceitos de deficiência podem se apresentar como um aspecto limitador para o pleno desenvolvimento dos sujeitos.

Nas questões relativas à Educação Física e as adaptações necessárias, destaca-se que para os sujeitos que nascem com cegueira, é preciso oferecer orientações sobre o controle da postura e da locomoção, já que elas não poderão observar os padrões de movimentos de outras pessoas, para isso é necessário que se ofereça dicas cenestésicas, espaciais, táteis, auditivas e olfativas (GREGUOL, 2010).

É necessário durante as aulas de Educação Física assegurar ao aluno com deficiência visual segurança para a realização das atividades, para isso o aluno deve estar familiarizado com o espaço físico, percurso, obstáculos e diferença de terrenos, para que o mesmo organize o mapa mental do ambiente, evitando mudanças desnecessárias na localização dos materiais (DIEHL, 2006).

Em relação ao contato professor-aluno e aluno-aluno, existem orientações específicas quanto à abordagem aos alunos com deficiência visual, sendo mais adequado sempre se utilizar de um contato verbal claro, dirigindo-se sempre ao aluno com deficiência visual e nunca ao seu acompanhante quando for o caso, se necessário o contato físico que ele seja de maneira suave, sempre pedindo autorização do aluno e oferecendo a ajuda para a sua locomoção (CREF1, 2012).

Durante as aulas de Educação Física é importante à observação e cuidado em relação as atividade quem envolvam o equilíbrio (dinâmico e estático), a visão é uma importante fonte de manutenção desta capacidade, assim, ao ser privado deste estímulo o sujeito pode apresentar dificuldade nas atividades que necessitem de um equilíbrio mais apurado, as vezes necessitando de auxílio. Outro fator a ser observado nos alunos com deficiência visual são os movimentos estereotipados, estes que incluem fricção do globo ocular, balanço do tronco e membros superiores, estes que podem dificultar o nível de atenção, a aprendizagem de novos movimentos e as interações sociais (GREGUOL, 2010).

Conforme Tinoco e Oliveira (2009) a Educação Física e os seus conteúdos devem ser aplicadas tanto para alunos sem deficiência visual quanto para os alunos com deficiência visual, o que deve ser desenvolvido pelo professor são metodologias e estratégias capazes de colocar o aluno como parte integrante e ativa na aula, isso deve ser feito através de técnicas táteis, de sombra, com auxílio de guias fazendo as adaptações necessárias nos materiais.

Alves e Duarte (2005) afirmam que o processo educacional do aluno com deficiência visual devem estar centrados no aluno e suas necessidades e anseios, cabe ao professor adequar as atividades e conteúdos para a realidade de seus alunos, respeitando a diversidade presente na sala de aula.

Com isso, o professor de Educação Física tem um papel principal em observar e criar as possibilidades de inclusão dos alunos com deficiência visual durante as aulas, ajustando os conteúdos, estratégias e materiais, garantindo a segurança do aluno com deficiência visual na prática das atividades físicas, estimulando o seu desenvolvimento motor.

3.3.3 O Aluno com deficiência física nas aulas de Educação Física.

A deficiência física pode ser definida como "uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, coordenação motora geral ou de fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de malformação" (BRASIL, 1999, p.26).

Conforme o decreto nº 3.298/1999, a deficiência física é definida como:

"alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções."

Pode-se perceber que existe um grande leque em relação à deficiência física, acarretando diferentes níveis e possibilidades, por isso os professores e equipe pedagógica envolvida devem estar atentos às características individuais de cada aluno com intuito de ocasionar o melhor atendimento.

Em relação à classificação da deficiência física, podemos destacar três principais formas:

- Amputações: "ausência congênita ou retirada, parcial ou total, de um ou mais membros" (GREGUOL, 2010, p. 63).

- Lesões Medulares: "acometem a medula espinhal podem ter origem traumática, congênita ou por processos infecciosos ou cancerígenos" (GREGUOL, 2010, p. 66).
- Lesões encefálicas: "é uma condições resultante de uma lesão ocorrida no cérebro, em decorrência de uma interrupção na circulação sanguínea local" (GREGUOL, 2010, p. 78).

Conforme Palma e Manta (2010), em relação à Educação Física e o aluno com deficiência física, é importante o professor ter a sensibilidade de identificar as barreiras arquitetônicas que limitam a participação dos alunos nas aulas, solicitando aos responsáveis que as devidas adaptações sejam realizadas, além de disseminar práticas e atitudes positivas perante a inclusão desses alunos.

As questões de acessibilidade são essenciais para a inclusão dos alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física, pois se existem barreiras físicas que impedem os alunos de chegarem com autonomia aos locais das aulas, como por exemplo, um ginásio que o único acesso é feito somente por escadas ou rampas muito inclinadas impedem os alunos cadeirantes ou com dificuldade de locomoção de se quer poder estar no mesmo ambiente dos demais, impossibilitando a realização de uma pratica pedagógica inclusiva.

Lopes (2013) relaciona que um dos conhecimentos imprescindíveis para o professor de Educação Física em relação aos alunos com deficiência física é a compreensão em relação ao desenvolvimento motor desses individuo que ocorre de maneira singular, neste aspecto o profissional tem a função de conhecer cada passo do processo de ensino-aprendizagem, observando e identificando quais as reais dificuldades de cada aluno, criando possibilidades de intervenção mais eficientes.

Percebe-se que os casos de deficiência física são muito variáveis, dependendo de cada situação e estudos específicos, o professor de educação física deve estar atendo aos desenvolvimentos desses sujeitos, observando as possibilidades de atuação e a partir dessas possibilidades estudar e criar as intervenções preferencialmente inclusivas.

Mas de maneira geral podemos destacar algumas adaptações necessárias, como: a cadeira de rodas é a extensão do corpo do cadeirante por isso deve ser tratada com parte dele, as limitações físicas podem dificultar o desempenho motor, mas não impedir a participação na aula, é muito importante à estimulação de outras

formas de percepção (Tátil, auditiva, visual e olfativa), estimular as atividades que possibilitem a colaboração e coparticipação (CREF1, 2012).

3.3.4 O Aluno com deficiência intelectual nas aulas de Educação Física.

A terminologia utilizada para definir a deficiência "intelectual" ou "mental" vem sendo discutida nos dias atuais, na tentativa de se encontrar qual dos termos (intelectual ou mental) se configura como mais adequado à situação. Sobre esta questão, Sasaki (2014), estabelece que existe uma tendência mundial e brasileira de se utilizar o termo "deficiência intelectual", que segundo o autor, se justifica por duas questões, a primeira se refere ao próprio fenômeno do intelecto e não da mente como um todo, e a segunda por uma questão de facilitar a distinção entre "doença mental" e da "deficiência mental"¹.

Por isso, neste trabalho, utiliza-se a terminologia deficiência intelectual, que pode ser definida como um "distúrbio significativo do desenvolvimento cognitivo, que tenha ocorrido antes dos 18 anos de idade e que gere prejuízos significativos no comportamento adaptativo" (GREGUOL, 2010, p.46).

O decreto 3.298/99 estabelece deficiência intelectual como sendo:

"funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas, tais como: comunicação; cuidados pessoais; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho."

Dentre as causas da deficiência intelectual, podemos destacar aquelas de origem pré-natais, como alterações cromossômicas na concepção, microcefalia ou hidrocefalia, infecções durante a gestação, uso de álcool, drogas e substâncias tóxicas por parte da gestante (GREGUOL, 2010).

Uma das dificuldades em relação à deficiência intelectual é o seu diagnóstico, por muito tempo se considerou somente a capacidade acadêmica do sujeito avaliado, principalmente nas áreas da linguagem e do pensamento lógico, por isso os teste de coeficiente intelectual foram muito utilizados da detecção, hoje em dia,

¹ Os termos "deficiência metal" e "doença mental" por décadas causam confusão, principalmente na mídia e entre os leigos no assunto, os dois trazem o adjetivo "mental" e por isso geram grande confusão entre os dois fenômenos.

após uma mudança no conceitual, às avaliações dependem de muitos fatores e observação de uma equipe multiprofissional.

Em relação aos alunos com deficiência intelectual e as aulas de Educação Física, devemos destacar a forma que o professor e os outros alunos devem se relacionar com os alunos com deficiência intelectual, em relação a isso, destacamos, que: devemos respeitar a faixa etária do sujeito tratando ele segundo a sua idade; não podemos subestimar a sua inteligência, pois as mesmas possuem capacidade de aprendizagem; evitar atitudes de superproteção; evitar comparações dos alunos com deficiência intelectual com os demais; estabelecer limites de forma clara e firme (Rosseto et al., 2006).

Em relação à aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, por apresentarem mais dificuldade em internalização dos conceitos lógicos e abstratos, devemos facilitar a aprendizagem por meio dos conceitos concretos (GREGUOL, 2010).

Segundo Diehl (2008) no ensino de jogos para os alunos com deficiência intelectual devemos, preferencialmente, propor regras e estratégias claras e de maneira progressiva, explicação por meios de exemplos, utilizar recursos materiais coloridos e atraentes, realizar as marcações de espaços de maneira visível e se necessário facilitar as regras.

Cabe ao professor verificar as potencialidades dos alunos com deficiência intelectual que estudam nas turmas inclusivas, a partir disso, propor as adaptações necessárias nos métodos e estratégias de ensino, nunca subestimando a sua capacidade, nem expondo as suas limitações frente à turma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho assumiu-se o objetivo realizar uma pesquisa na bibliografia disponível sobre os aspectos referente à Educação Física e o processo de inclusão escolar, partido do pressuposto que é possível uma educação para todos, centrada nas características únicas de cada criança e adolescente.

Após a realização do estudo pode-se considerar que a Educação Física, apesar de apresentar aspectos históricos relacionados aos processos de militarização e eugenia social, pode ser uma disciplina que potencialize o processo de inclusão dos alunos que necessitem de um atendimento especializado, basta que o professor busque uma pedagogia mais centrada no aluno, nos diversos conteúdos referentes a cultura corporal, abandonando o modelo simplesmente esportivo, estimulando atitudes de cooperação entre os alunos.

Em relação à Educação Inclusiva, observa-se que ao longo dos períodos históricos as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas pela sociedade de diferentes maneiras, que para se iniciar o paradigma da inclusão foi necessário um longo caminho de quebra de estigmas e de pensamentos preconceituosos, estes que ainda estão presentes nos meios sociais. Mas com a mudança de pensamento, as pessoas com deficiência passam a ser incorporadas e inclusas nos meios sociais, sendo sujeitos que necessitam dos direitos sociais para garantirem condições de igualdade entre os demais.

A partir das mudanças de pensamentos propiciadas pela Educação Inclusiva, existem mudanças também nas práticas educacionais relacionadas à Educação Física, anteriormente acreditava-se que a deficiência estava ligada somente ao sujeito, então este que deveria se adaptar ao meio social, com isso estratégias de inclusão estavam centradas em adaptar o sujeito para a participação das aulas. Como o início do paradigma da inclusão, acredita-se que o conceito de deficiência está ligado ao meio, este que não está adaptado a incluir todos, com isso, o foco das estratégias educacionais também se altera, para uma metodologia mais centrada em adaptar os métodos e materiais de ensino para todos.

Também observamos que o conhecimento básico referente às áreas das deficiências é necessários aos profissionais de Educação Física que atuam com turmas inclusivas, para que os mesmos possam criar as possibilidades de adaptações nos métodos, técnicas e estratégias de ensino conforme cada caso

especifico, e ainda que exista na literatura algumas observações referentes ao modo de tratamento e possíveis adaptações necessárias, essas que devem ser observadas durante a prática pedagógica.

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa encontrou-se poucos estudos específicos que relacionam a Educação Física com os processos de inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares, desta forma, fica como sugestão de tema para estudos posteriores.

Com relação a este estudo, iniciou-se a possibilidade de aprofundar o assunto em relação a Educação Física e a inclusão no ambiente escolar, destacando-se a necessidade de realizar de estudos mais específicos e experimentais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, Mai-Ago. v.11, n.2, p.223-240, 2005.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 27, n. 2, p. 231-237, 2005.

BETTI, I. C. R; BETTI M. Novas perspectivas na formação profissional em Educação Física. **MOTRIZ**. v. 2, n. 1, p 10-15, 1996.

BRASIL. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: adaptações curriculares, estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão** : desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2. ed. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRINATI, A. B.; PEREIRA, A. F. L.; FERNANDES, A. A.; SOUZA, P. A. de. O papel da educação física na inclusão social. In: **Anais do IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva Propostas e ações inclusivas**: impasses e avanços. Belo Horizonte, Minas Gerais: PUC, 2006. p. 1-8
<http://revistas.unijorge.edu.br/corpomovimentosaude/pdf/artigo2012_1_artigo1_12.pdf> Acesso 10 de outubro de 2014.

BRITO, R. F. de A.; LIMA, J. F. Educação física adaptada e inclusão: Desafios encontrados pelo professor de educação física no trabalho com alunos com deficiência. **Corpo, Movimento e Saúde**. Revista eletrônica. Jan-Jun, v.2, n. 1, p. 1-12, 2002.

CARVALHO, A. R. de.; ROCHA, J. V.; SILVA, V. L. R. R. da. Pessoa com deficiência na historia: modelos de tratamento e compreensão. In: **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Org. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 15-56.

CASTELANNI FILHO, L. **A educação física no Brasil: historia que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1994.

CREF1. **Estratégias de inserção da pessoa com deficiência nas aulas de educação física**. Câmara técnica de educação física adaptada. Campo Grande, 2012.

DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiências**. São Paulo: Phorte, 2006.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, F. C. M. **A criança com deficiência visual na escola regular**. São Paulo, 2009, p. 176. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2009.

GREGUOL, M. **Natação adaptada: em busca do movimento com autonomia**. Barueri: Manole, 2010.

JANUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editores Associados, 1992.

JANUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

JUÁREZ, A. Intervenção Fonoaudiológica na Surdez Infantil. In: **Manual de Fonoaudiologia**. Org. C. Penã. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. p 190-231.

LOPES, A. W. de A.; VALDÉS, M. T. M. Formação de professores de educação física que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência auditiva): uma experiência no ensino fundamental na rede pública de Fortaleza. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, Jul-Dez, v.9, n.2, p.195-210, 2010.

LOPES, F. J. C. **Estratégias e metodologias de ensino de educação física voltadas para alunos com necessidade educacionais especiais: deficiência motora**. Artigo - Especialização em metodologia do ensino de educação física da Faculdade Evolução. Sobral, 2013.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna: 2003.

MITLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PALMA, L. E. MANTA, S. W. Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de educação física sobre a acessibilidade nos espaços de práticas para as aulas. **Educação**. Revista do Centro de Educação. Santa Maria, v. 35, n.2, mai-ago, 2010, p. 303-314.

PERES, L. O profissional de educação física: Reflexos na sua formação e perspectivas de mudanças. In: **Práticas pedagógicas em educação física: Sonhando com Mudanças**. Org. Luis Sergio Peres. Cascavel: os autores, 2008. p. 27-68.

RODRIGUES, O. M. P. R. Educação especial: história, etiologia, coocênitos e legislação vigente. In: **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Org. Vera Lúcia Messias Fialho Capellini. Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

ROMERO, R. A. S.; SOUZA, S.B. Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. In: **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE: formação de professores**. Curitiba, Paraná: Champagnat, 2008. p. 3091-3104.

ROSSETO, E.; LACONO, J. P.; ZANETTI, P. da S. Pessoa com deficiência: caracterização e formas de relacionamento. In: **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Org. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 105-140.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. **Deficiência mental ou deficiência intelectual**. dez, 2004. Artigo disponível em <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/deficiencia-mental-ou-deficiencia-intelectual/>> Acesso dia 12 de fevereiro de 2015.

SILVA, F. D.; SILVA, P. H. R.; SANTOS, W. C. Educação Física inclusiva para alunos com deficiência auditiva: orientações, recomendações e peculiaridades durante as aulas. **EFDesportes.com**. Revista Digital. Buenos Aires, ano 18, n. 190, mar. 2014. disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd190/educacao-fisica-com-deficiencia-auditiva.htm>> Acesso 4 de fevereiro de 2015.

SILVA, L. P. da. **Manual de orientação de práticas interventivas no contexto educacional para professores do ensino fundamental**. Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE. Paraná: Mandirituba, 2008.

TINOCO, D. F.; OLIVEIRA, F. F. Inclusão do portador de deficiência visual nas aulas de educação física. **EFDesportes.com**. Revista Digital. Buenos Aires, ano 14, n. 138, nov. 2009. disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd138/portador-de-deficiencia-visual-nas-aulas-de-educacao-fisica.htm>> Acesso 12 de fevereiro de 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.